

ICMBio

Edição 522 - Ano 11 – 5 de julho de 2019

em foco

Expedição marca
abertura de trilha no
Parna de Ilha Grande

Projetos de TBC em UCs apresentam resultados

Os avanços e aprendizados das ações apoiadas pelo ICMBio por meio da Chamada de Propostas para Fortalecimento de Iniciativas de Turismo de Base Comunitária, realizada em 2017, foram o tema da oficina que reuniu cerca de 60 participantes em Tamandaré/PE. Servidores, representantes de comunidades e parceiros compartilharam experiências durante os quatro dias de evento, que aconteceu na base do Cepene, em Tamandaré/PE.

A chamada pública de 2017, coordenada pela Coordenação Geral de Populações Tradicionais do ICMBio (CGPT/DISAT), com recursos provenientes do Projeto Pnud BRA 08/023, selecionou nove projetos de Unidades de Conservação federais para fomento ao turismo de base comunitária. As propostas envolveram capacitações, intercâmbios, visitas técnicas, oficinas, encontros, reuniões e mutirões comunitários, bem como o desenvolvimento de materiais didáticos, gráficos e audiovisuais destinados ao apoio ou disseminação das ações vinculadas a projetos apresentados pelas unidades de conservação. Cada projeto recebeu em média apoio de R\$ 40 mil.

Palestras, trabalhos em grupo, apresentações e outras dinâmicas fizeram parte da programação que tratou dos conceitos de Turismo de Base Comunitária (TBC), protagonismo e organização comunitária, gestão de unidades de conservação, qualificação da experiência e comercialização. O panorama geral do TBC no Brasil, América Latina e no mundo, assim como o histórico do desenvolvimento desse tipo de atividade foram apresentados pelas professoras Edilaine Moraes e Marta Irving, que pesquisam o assunto na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para ajudar no entendimento e fixação dos conteúdos apresentados, os participantes contaram com trabalho de registro gráfico durante todo o evento. No evento também foi apresentado o selo de identidade visual do TBC do ICMBio, que será utilizado nas divulgações das ações do Instituto.

Embora o foco do evento fosse o fechamento dos projetos aprovados no âmbito da Chamada de Propostas para Fortalecimento de Iniciativas de TBC, outras oito iniciativas de TBC em Unidades de Conservação consideradas avançadas e consolidadas também participaram do evento. A realização da oficina foi avaliada como positiva pelos participantes, que decidiram redigir uma carta com sugestões e solicitações para o fortalecimento do TBC no ICMBio.

Para a Coordenação Geral de Populações Tradicionais (CGPT) e para o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT), responsáveis pela organização do evento, a realização da oficina foi um marco para a agenda do TBC no ICMBio. Nos próximos meses será lançado o material Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: caderno de experiências, que trará a experiência de 13 Unidades de Conservação consideradas fontes significativas de aprendizado e com possibilidades de serem replicadas em outros cenários.

No ICMBio, as ações de TBC devem seguir os princípios e diretrizes estabelecidos conforme a publicação "Turismo de Base Comunitária em UCs federais: princípios e diretrizes". Lançado em 2018, o manual direcionado principalmente para gestores de unidades estabeleceu um marco referencial para o TBC nas Unidades de Conservação (UC) federais.



Ricardo Peng

Cemave realiza oficina do segundo ciclo de avaliação das aves da Mata Atlântica

O processo de avaliação de risco de extinção das espécies da fauna brasileira é contínuo e cíclico, ocorrendo em intervalos de cinco anos. Neste sentido, ocorreu de 10 a 14 de junho de 2019, o segundo ciclo de Avaliação do Estado de Conservação das Aves da Mata Atlântica, em São Paulo, no Museu de Zoologia da USP, contando com a participação de nove especialistas de diferentes instituições.

A avaliação dos táxons seguiu a metodologia estabelecida pela União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) com discussões em plenária, verificando se os mesmos se enquadravam em algum critério de ameaça. No final da oficina foi elaborado documento contendo a categorização de risco de extinção para cada táxon, com as devidas justificativas, totalizando 265 espécies avaliadas, ficando três como Extinta (EX), uma Extinta na Natureza (EW), uma Regionalmente Extinta (RE), 24 Criticamente em Perigo (CR), 25 Em Perigo (EM), 33 Vulnerável (VU), 20 Quase Ameaçada (NT), 151 como Menos Preocupante (LC) e sete como Não Aplicável (NA).

Ocorreram mudanças entre o primeiro e o segundo ciclo de avaliação, sendo que algumas espécies foram reclassificadas em categoria de maior risco e outras saíram de algum grau de ameaça devido a melhores informações sobre os táxons. Algumas espécies enfrentam um processo contínuo de extinção local em toda sua área de extensão de ocorrência, como é o caso de barranqueiro-do-nordeste (*Automolus lammi*), que apresenta declínio continuado da população devido à perda de qualidade de habitat, expansão urbana e agropecuária. Maria-de-barriga-branca (*Hemitriccus griseipectus naumburgae*) teve seu grau rebaixado saindo da ameaça de extinção devido a obtenção de melhores informações sobre número de indivíduos em subpopulações. Contudo, espécie catego-



Automolus lammi

Ciro Albano

rizadas como extintas no primeiro ciclo de avaliação continuam nesta situação, caso de trepador-do-nordeste (*Cichlocolaptes mazarbarnetti*), caburé-de-pernambuco (*Glaucidium mooreorum*) e limpa-folha-do-nordeste (*Philydor novaesi*), todas ocorriam no Centro de Endemismo Pernambuco, região situada ao norte do Rio São Francisco e que ocupa uma estreita faixa de floresta litorânea que abrange os estados de Alagoas até o Rio Grande do Norte.

O resultado da avaliação será validado por especialistas em aplicação de critérios e categorias da IUCN. A oficina foi coordenada pelo Cemave, com apoio do Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado (CBC). Contou com a participação de especialistas das seguintes instituições: Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, Comitê de Registros Ornitológicos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoológica do Rio Grande do Sul, Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos, Universidade Federal de Mato Grosso e Universidade Federal de Viçosa.

Presidente do ICMBio assina acordo com Associação da Comunidade do Bonfim



Nesta última terça-feira (2), o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Homero Cerqueira, assinou um Termo de Compromisso com a Associação de Produtores Rurais da Comunidade do Bonfim, em Brasília. O documento visa disciplinar transitoriamente a ocupação e o uso dos recursos naturais no interior do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro, até que haja uma nova delimitação da unidade de con-

servação ou até que a autarquia promova a regularização fundiária.

A minuta do termo de compromisso foi construída de forma participativa durante anos de trabalho na comunidade e envolveu a equipe de analistas ambientais do Parque, o Ministério Público Federal, representantes da Associação de Produtores Rurais do Bonfim e políticos da região, como o deputado federal Hugo Leal, que participou da assinatura do

Termo de Compromisso em Brasília.

O bairro do Bonfim, localizado em Petrópolis/RJ, está dentro do Parque Nacional da Serra dos Órgãos desde a demarcação da unidade, em 1984. O decreto que criou o Parque, de 30 de novembro de 1939, não especificava os seus limites e no momento da demarcação o então IBDF inseriu a comunidade nos limites da UC, dando início a um conflito histórico na região.

Portanto, houve um equívoco na demarcação do Parque, e os produtores e suas famílias possuem uma relação com a terra mesmo antes da criação da

unidade. Além disso, a presença de cerca de 80 famílias em uma área de aproximadamente 200 hectares e as interferências causadas pelas diversas construções, áreas de plantio e outras benfeitorias acabaram por descaracterizar a área, tornando-a incompatível com os objetivos de um Parque Nacional. Desta forma, a permanência da comunidade e uma nova delimitação da UC é o melhor caminho para acabar com o conflito.

Segundo o chefe do Parque, Leandro Goulart, o Termo de Compromisso prevê um ordenamento do local. Ele explica que tanto o ICMBio, quanto os produtores rurais, assumem compromissos que trazem diversos benefícios ambientais e facilitam a permanência do produtor rural no campo, além de melhorar a qualidade de vida da comunidade como um todo.

Outras ações ocorrem em paralelo, visando assegurar a permanência da comunidade no local e a implantação da UC. No ano passado foi apresentado um Projeto de Lei no Congresso Nacional que trata de uma nova delimitação da unidade. O projeto prevê a redução do Parque em duas comunidades, a do Bonfim, em Petrópolis e da Barreira, em Guapimirim. Todo projeto de delimitação foi construído e instruído por analistas do ICMBio e a proposta apresentada no Congresso Nacional. A proposta reflete exatamente os anseios das duas comunidades e do ICMBio. As duas áreas, a partir da delimitação do parque, deixam de ser de proteção integral e serão incorporadas automaticamente à APA Petrópolis, também de gestão do ICMBio.

Outra novidade é a implantação de uma nova sede no bairro. No projeto de delimitação apresentado no Congresso uma única propriedade do Bonfim permanecerá no interior da UC. Essa propriedade já está sendo adquirida pelo ICMBio para a implantação de uma nova Sede em Petrópolis, compatível com os anseios dos visitantes do Parque e da população do município. A unidade conta hoje com uma portaria na comunidade local que serve basicamente para controle dos visitantes que frequentam as cachoeiras e trilhas da região. Com a aquisição desta nova sede, será possível manter uma equipe permanente no município de Petrópolis, além de fornecer uma melhor experiência para o visitante.

Monitores da biodiversidade compartilham experiências

Raimunda de Jesus Soares foi a primeira mulher a trabalhar como monitora de biodiversidade dentro da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, no Pará. A novidade movimentou a fofoca entre os moradores. “Tem gente que não entende uma mulher estar no meio de tantos homens”, disse, provocando a curiosidade da plateia que participou do II Seminário de Construção Coletiva de Aprendizados e Conhecimentos, promovido pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) na semana do meio ambiente.

conservação (UCs), para relatar suas experiências na capital do país.

Acostumados desde sempre a andar no mato, conhecedores como poucos do próprio território, treinados por pesquisadores e gestores para preencher fichas, catalogar espécies, medir troncos de árvores ou cuidar das armadilhas fotográficas, os monitores que participam do Projeto de Monitoramento Participativo da Biodiversidade, iniciativa do ICMBio – em conjunto com o Instituto Ipê –, lidam diariamente com os desafios de fazer parte do grupo “da conservação”, sendo do “time dos moradores”. Os dois chapéus não são incompatíveis, relatam os monitores, se a pessoa passar por cima dos próprios preconceitos.

Os monitores relatam que às vezes são confundidos com os servidores do órgão ambiental. Quando o monitor vai fazer o monitoramento, a população não nos vê como monitores, mas como funcionários do ICMBio, relata Jackiel Cássio, monitor no Parque Nacional do Tumucumaque, no Amapá, onde trabalha desde 2014. A unidade é o maior parque do país, com 38.651,885 km².

Socó é monitor de ninhos de tartarugas desde 2003. Entre setembro e janeiro, se



Daniele Bragança

A história de Raimunda – que faz parte do monitoramento e cuida das fichas das casas, onde aplica os questionários para saber o que a população local anda caçando –, é uma de pelo menos uma dúzia de monitores que saíram de suas comunidades localizadas na Amazônia, dentro ou fora de unidades de



muda para as praias formadas com a baixa do rio para proteger os ninhos de tartaruga-da-Amazônia (*Podocnemis expansa*), do tracajá (*Podocnemis unifilis*) e do pitiú (*Podocnemis sextuberculata*). Os monitores do Projeto Quelônios do Rio Trombetas não recebem salário, só uma ajuda de custo com gasolina, equipamento e uma cesta básica completa por mês pelo trabalho voluntário.

As UCs cumprindo seu papel

O monitoramento participativo é um tronco dentro de um projeto maior, o MONITORA, que visa coletar dados para responder se aquela unidade está realmente protegendo o que deveria proteger. Atualmente, cerca de 90 unidades de conservação federais promovem algum tipo de monitoramento da biodiversidade. Desse total, 17 realizam o participativo.

O ICMBio não separa o monitoramento realizado por pesquisadores do que é realizado pelos comunitários de dentro ou do entorno. Todos são participativo, o grau de envolvimento é o que muda. O Ipê ajudou o ICMBio ao testar novos procedimentos e ferramentas para

tornar o monitoramento aplicável, ao mesmo tempo que respeita as realidades locais. O grande desafio era como esses dados, gerados localmente, poderiam ser avaliados conjuntamente com outros dados. Após 6 anos de trabalho, tanto o ICMBio quanto o Instituto Ipê consideram que chegaram ao termo satisfatório. Os monitores sabem como coletar as informações, o armazenamento já existe, e os resultados, em algumas UCs, já existem.

As unidades de conservação de uso sustentável protegem biodiversidade, inclusive espécies ameaçadas e espécies cinegéticas. Segundo a Kátia Torres, coordenadora-geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio, essas informações servem inclusive para quem tem a concessão de direito real de uso das terras, que são as comunidades tradicionais, que prestam um serviço de conservação.

Para Suzana Pádua, presidente do IPÊ, os dados em si do monitoramento não são o aspecto mais importante, mas sim o de empoderar o indivíduo no processo de proteção da área.

RAN realiza monitoramento de quelônios na Esec Pirapitinga

Equipes do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios (RAN) e da Estação Ecológica de Pirapitinga (MG) realizaram a 2ª Campanha de Monitoramento de Quelônios da unidade de conservação. A ação ocorreu entre os dias 28 de maio a 6 de junho e é parte do esforço do ICMBio em monitorar possíveis impactos ocasionados pelo rompimento da Barragem I do Córrego do Feijão (Brumadinho-MG), na Esec e seu entorno.

Nesta campanha, foram instaladas 77 armadilhas tipo covão (funnel trap) no Lago de Três Marias, ao longo do perímetro da UC. Na Vereda Grande, definida como área controle por ser um local fora do efeito dos prováveis contaminantes, foram instaladas 40 armadilhas. O objetivo foi capturar espécimes de *Phrynops geoffroanus*, o “cágado-de-barbicha”, considerado importante “sentinela” quanto à bioacumulação de metais pesados.

Ao final da expedição, foram capturados 51 indivíduos da espécie de interesse, sendo 33 no reservatório da UHE Três Marias e 18 na Vereda Grande. Os espécimes capturados foram marcados a partir de um esquema numérico de cortes nos escudos marginais da carapaça,



Rafael Valadao

Quelônio capturado para monitoramento

para sua individualização e posterior reconhecimento em caso de recapturas futuras.

Todos os indivíduos tiveram dados biométricos coletados, com exceção de um filhote. Para os demais 50 indivíduos, foram colhidas amostras de sangue para análises ecotoxicológicas (metais pesados), estudos de hemoparasitas e preparação de esfregaços para contagem de micronúcleos. Para análises de metais pesados, também foram coletadas amostras de garra, membrana interdigital e escudo marginal, esse último resultante do processo de marcação dos indivíduos. Posteriormente todos os indivíduos foram soltos no exato local de sua captura.

Durante a expedição, 60 armadilhas foram danificadas por ataques de piranhas, traíras e jacarés. Somados os dados das duas campanhas, foram capturados 98 indivíduos. “Os resultados serão importantes para avaliar o impacto sobre a população das espécies, por meio do monitoramento populacional ao longo de 5 anos”, afirmou Sônia Mendonça, analista ambiental do RAN que participa do m



Expedição marca abertura de trilha no Parna de Ilha Grande

O Instituto Chico Mendes, o Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência (Coripa) e a Prefeitura de Alto Paraíso deram início na última semana à demarcação daquela que será a maior trilha do Parque Nacional de Ilha Grande (MS/PR). A equipe percorreu 10 quilômetros a pé em meio à mata da ilha que dá nome ao parque, a ilha Grande.

Além da flora abundante, a equipe encontrou ao longo do caminho exemplares da fauna como uma jibóia e um jacaré-do-papo-amarelo. Também identificaram rastros de onça, lontra, jaguatirica e de antas, além de uma rica avifauna. Um dos pontos interessantes encontrados ao longo do caminho é o marco do Trópico de Capricórnio, que identifica o paralelo situado ao sul do equador terrestre e é um dos cinco principais círculos de latitude que marcam os mapas da Terra.

A trilha, que se chamará Trilha da Ilha Grande, passará pela antiga estrada da balsa, que fazia a travessia pelo rio Paraná, ligando o Mato Grosso do Sul ao Paraná. O objetivo com a abertura da trilha é criar um atrativo para caminhantes, observadores de aves e cicloturistas. Ao todo serão mais de 17 quilômetros de trilha.

De acordo com o chefe do Parque Nacional de Ilha Grande, Erick Xavier, a trilha é prevista no plano de manejo do parque e no futuro fará parte das trilhas de longo curso do ICMBio. Com o fim da demarcação, os próximos passos serão sua abertura, sinalização e, por fim, um evento experimental com ciclistas da região.

A expedição contou também com a pesquisadora Kazue Kawakita, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), que fez a identificação das espécies encontradas no caminho. Com essas informações será possível ter maior controle sobre os impactos ambientais e informar aos visitantes sobre as espécies da flora ali existentes.



Acervo Parque Nacional de Ilha Grande



Erick Caldas Xavier



Erick Caldas Xavier

Cairuçu apoia elaboração de protocolo de aldeia indígena

A Aldeia Itaxi Mirim, localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu, lançou no dia 27 de junho seu Protocolo de Consulta Prévia, instrumento que visa garantir o respeito e integridade dos indígenas da Terra Indígena Parati Mirim. A unidade de conservação atuou como facilitadora do processo de construção do documento, o primeiro no estado do Rio de Janeiro.

O protocolo foi desenvolvido pelos próprios indígenas, que contaram com o apoio da APA de Cairuçu, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Fundação Nacional do Índio (Funai). A partir de sua publicação, qualquer atividade que possa causar alguma interferência na aldeia ou no modo de vida dos indígenas da aldeia deve passar pelo processo de consulta prévia e livre informada, de acordo com as regras e exigências da comunidade.

“Eu falo na comunidade sobre respeito. Fico muito alegre com esse trabalho”, disse o cacique Miguel Karai Tataxi Benite, liderança maior da aldeia, ao abrir o evento. O vice-cacique, Afonso Roque Benites “Karai Tataendy” explicou que “o protocolo pra mim é uma linha de frente que conseguimos e achamos. É nosso braço direito. Porque através desse documento a gente espera que a nossa comunidade seja respeitada”.

O lançamento aconteceu na Casa da Cultura de Paraty e teve a apresentação do coral Nhemongueta Mirim e a presença das lideranças indígenas Joaquim Karai Benite e Pedro Miri Benite “Karai Mirim”, presidente da Associação Comunitária Indígena Guarani. Os representantes das instituições parceiras, Rosângela Maria Nunes da Funai e Sandro Rogério do Nascimento Xucuru, da UFJR, e Lilian Hangae, chefe da APA de Cairuçu, também estiveram presentes.

APOIO DA UC

Respeitando a Convenção Internacional do Trabalho (OIT) nº 169, a equipe da APA se reuniu diversas vezes com as lideranças da Aldeia Itaxi Mirim com o intuito de integrar os indígenas ao processo de revisão do plano de manejo da unidade, realizado entre 2016 e 2018. Ao longo desses encontros, foi apresentado o instrumento jurídico, que despertou o interesse dos indígenas.

A demanda de elaboração do protocolo foi então levada ao Conselho Gestor da APA, que aprovou e apoiou todo o processo, que durou cerca de um ano. Durante a construção do documento, continuaram ocorrendo as consultas para elaboração do plano de manejo da APA, que foram uma amostra de como os indígenas poderiam exigir a consulta prévia. Essa experiência serviu como estímulo para conclusão do documento final.

“A construção do Protocolo de Consulta Prévia da Tekoa Itaxi Mirim foi um processo mútuo de aprendizado. Os indígenas exerceram sua cidadania e estabeleceram suas exigências, e nós aprendemos a respeitá-los integralmente”, comentou Lilian Hangae, que acompanhou todo o processo.



Thiago Leão

Curta

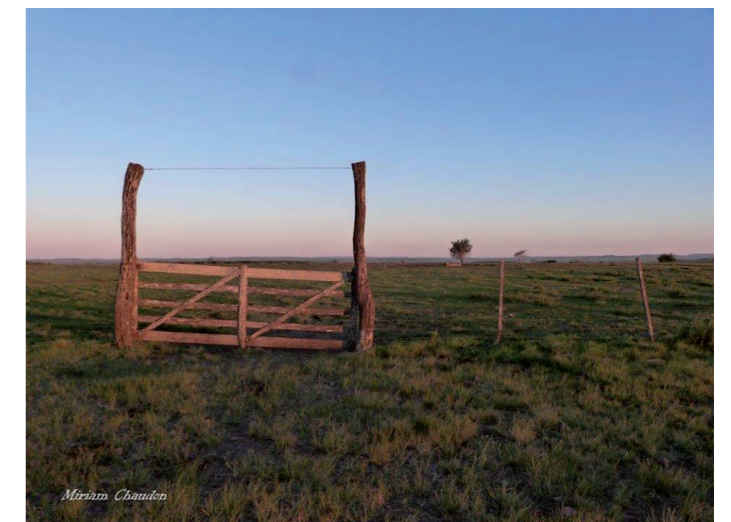
Mês de junho movimentado na Floresta Nacional de Passa Quatro

Devido às comemorações ao Dia Mundial do Meio Ambiente, a Floresta Nacional (Flona) de Passa Quatro realizou várias atividades durante todo o mês. A primeira atividade foi com a empresa local Prodweb, a qual levou seus funcionários até a Unidade para que assistissem a uma palestra sobre Meio Ambiente, ainda plantaram mudas de espécies nativas da Mata Atlântica na área de recuperação da Unidade. No mês, foram 205 alunos de escolas de Passa Quatro e região para visitas monitoradas. Na oportunidade, puderam observar e aprender

sobre a exploração de Pinus, uma espécie exótica, que está sendo substituída por espécies nativas de Mata Atlântica. Outra atividade que foi sucesso durante o mês foi o 1º Passarinando na FloNa, projeto esse de observação de aves, gratuito oferecido pela pesquisadora e médica veterinária Melissa Alves. O Passarinando na Flona aconteceu no domingo (16) com um público de 9 participantes e 57 espécies registradas durante a trilha. O sucesso foi tanto que já tem data para o próximo 21/07.



APA do Ibirapuitã (RS)



Crédito: Miriam Chaudon



ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Carla Oliveira

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayanan Miranda

Diagramação

Celise Duarte

Chefe substituto da Divisão de Comunicação

Bruno Bimbato

Foto da Capa

Erick Caldas Xavier

Colaboraram nesta edição

Erick Caldas Xavier – NGI Rio Paraná, Rafael Valadão - RAN, Talitha Pires – APA de Cairuçu, Tiago Rezende – Esec de Pirapitinga, Diego Mendes - Cemave, Leandro Goulart, Chefe do PARNASO, Ricardo Peng, Edgard de Souza Júnior, chefe da Flona Passa Quatro

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL